



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 18ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 01 de dezembro de 2015. _____

1

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Décima Oitava Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e quinze minutos, ocasião em que foram constatadas as ausências dos Vereadores Brás Zagotto e Osmar da Silva. / A seguir, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme previsão regimental. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Delandi Pereira Macedo fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2197 e 2198/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 2175, 2176, 2177, 2199, 2200 e 2201/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 2178, 2179, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209 e 2210/2015 – Brás Zagotto; 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2189 e 2190/2015 – Josias Pereira de Castro; 2187 e 2188/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217 e 2218/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 2219, 2220, 2221, 2222, 2223 e 2224/2015 – Luis Guimarães de Oliveira. **Requerimentos:** 263/2015 – Elias de Souza; 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369 e 2370/2015 – Lucas Moulais; 2355, 2356 e 2379/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377 e 2378/2015 – Delandi Pereira Macedo; 2380, 2381, 2382, 2383 e 2386/2015 – José Carlos Amaral; 2384 e 2385/2015 – Luis Guimarães de Oliveira. **Ofícios:** 204/2015 – Maurício Luiz Daltio – Presidente do Conselho de Fiscalização e Acompanhamento da Aplicação dos Recursos Oriundos do Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais – Royalties Cachoeiro de Itapemirim; 2936, 2937, 2938, 2939, 2940, 2949, 2951, 2952, 2953, 2954, 2955, 2956, 2957, 2958, 2959, 2960 e 2961/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 2946/2015 – Conselho Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim – Valdir Rodrigues Franco – Presidente; 2964 e 2965/2015 – Sindimunicipal – Jonathan Willian Moreira Corrêa – Presidente. **Projetos de Lei:** 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271 e 272/2015 – Poder Executivo; 266/2015 – Wilson Dille dos Santos. **Projetos de Decreto Legislativo:** 435/2015 – José Carlos Amaral; 436/2015 – Ely Escarpini; 437, 438 e 439/2015 – Mesa Diretora; 440/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 441/2015 – Delandi Pereira Macedo; 442 e 433/2015 – Brás Zagotto. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Neste momento, vamos interromper a sessão para ouvirmos o Sr. Epiphânio Cândido Gasparini, que, pelo tempo de vinte minutos, fará uma explanação sobre o cantor e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

compositor Roberto Carlos Braga. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Boa-tarde a todos! Em 1950, ao se mudar de Cachoeiro de Itapemirim para o Rio de Janeiro, Roberto Carlos conheceu uma turma que gostava de rock n' roll, e faziam parte dela Erasmo Carlos e Tim Maia, com os quais formou sua primeira banda, a qual durou pouco tempo. Com o fim do conjunto, Roberto iniciou sua carreira solo, cantando bossa nova e samba-canção e gravou o seu primeiro compacto com a música João e Maria. Com direito a cetro e coroa, Roberto Carlos ganhou o título no Programa “A Buzina do Chacrinha”, em 1966. Foi a própria mãe do cantor, imortalizada como Lady Laura, na música de 1978, quem o coroou. Daquele momento em diante, o reinado de Roberto Carlos só expandiria seus limites e ganharia cada vez mais súditos. O ídolo da jovem guarda, que agitou a rapaziada da década de 60 com músicas como “Splish Splash” e “É Proibido Fumar”, amadureceu e, a partir dos anos 70, conquistou um público romântico embalado por canções como “Detalhes” e “Emoções”. Sucesso atrás de sucesso, ele passou a ser chamado simplesmente de “rei” e nunca perderia a majestade. Em agosto de 1993, enviamos uma carta ao rei solicitando ajuda para a nossa campanha contra a fome, a miséria e pela vida, da qual fazíamos parte juntamente com José Carlos Turbay, Dr. Regis, Marilene de Batista Depes, Ronaldo Depes, Cícero Moura e muitos outros. Estivemos com o rei em Campos, Rio de Janeiro, juntamente com o nosso saudoso e amigo do rei José Nogueira e o motorista Sebastião Viana. A nossa viagem só foi possível pela colaboração do então prefeito José Tasso, que cedeu o veículo do gabinete. Fomos maravilhosamente recebidos pelo rei, com o qual conversamos por quarenta minutos. Perguntei sobre o medalhão, ele o colocou para fora da camisa, e eu beijei o lado que tem a face de Jesus Eucarístico. Ele deu sua risadinha tradicional. Desse encontro, conseguimos duas toneladas e sessenta e oito quilos de alimentos que, após quinze dias, recebemos das mãos do seu primo Walderley Braga. Vendo e sentindo o seu amor por sua terra natal, Cachoeiro de Itapemirim, em 01/06/1999, enviamos a todos os vereadores uma sugestão, protocolada sob o número 1.450/99, para que fosse feita uma lei, visando colocar uma estátua do nosso rei em nosso Município. Em razão disso, o ex-vereador Sebastião Ary Correia apresentou o projeto de número 170/99, o qual, no dia 20/12/1999, foi aprovado pelos dezenove edis. Em 28/12/1999 foi sancionada a Lei 4.882/99 pelo então prefeito Theodorico Ferraço. Em 17/04/2015, Cachoeiro de Itapemirim recebeu o monumento em mármore, sua maior riqueza, homenageando Roberto Carlos, seu mais destacado e divulgado ídolo. Durante dezesseis anos, lutamos pela realização dessa obra, e ela foi merecida, mas há que se fazer menção especial ao Prefeito Carlos Casteglione, aos vereadores, aos secretários municipais, que se empenharam para que a conquista se apresentasse, e, especialmente, aos operários e ao povo cachoeirense, aqueles porque ancoraram a pedra, esses que estiveram sempre presentes ao lado de Roberto Carlos, em toda a sua carreira de sucesso, primeiro em Cachoeiro e, depois, em todo o Brasil. Merecidamente, nada mais justo que tanta gente reunida viesse, vivesse e comemorasse finalmente o monumento de mármore talhado pela escultora Ângela Borelli, o qual representa Roberto Carlos em toda a sua majestade. Hoje, com o apoio dos nobres edis, desta Casa de Leis, da ACISCI, do CDL, da secretaria de Cultura e de todos os cachoeirenses, estamos plantando a semente no coração do nosso cantor, compositor e conterrâneo Rei

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

Roberto Carlos para que ele aceite ser coroado em sua terra natal, no seu próximo aniversário, se Deus quiser, em 19/04. / **Wilson Dilem dos Santos, levantando questão de ordem:** — Gostaria de ouvir o que o amigo Epiphânio está relatando na tribuna da Câmara. Solicito silêncio. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Eu já bati nesta campanha quatro vezes. Por favor, peço que seja feito silêncio! / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Em 01/06/1999, também com dezenove edis, plantamos a semente nesta Casa de Leis referente à estátua do Rei Roberto Carlos e, hoje, com grandes emoções, como diz o nosso rei, estamos plantando, também com dezenove edis, “a coroação do rei”. Se a semente vier a germinar, teremos muitas pessoas de todo o Brasil e do exterior, visitando a nossa Princesa do Sul, porque, caso isso seja aceito pelo nosso rei, todos tomarão conhecimento desse “sim” tão importante para Cachoeiro de Itapemirim. Isso poderá alavancar o turismo, o que trará um grande benefício em todos os sentidos para nossa população, porque o mundo inteiro saberá desse tão importante acontecimento. Há quarenta e nove anos, no início de sua brilhante carreira, Roberto Carlos foi coroado; agora, Cachoeiro tem a estimativa de duzentos e oito mil habitantes, que desejam coroá-lo novamente no dia de seu aniversário, em sua terra natal. Em um evento do dia 27, no Perim Center e no Hospital Evangélico, conversei com dois grandes empresários sobre o assunto, e, assim, após termos algo concreto sobre a possível coroação, iremos, se Deus quiser, visitar todos os empresários para falar sobre tal iniciativa, e, se for acolhida, o povo cachoeirense e milhões de fãs do nosso Rei Roberto Carlos ficarão eternamente agradecidos. Como é do conhecimento da nossa população, mensalmente, homenageamos o nosso rei na Praça Jerônimo Monteiro, em frente ao Correio, e há dois anos, na entrada do Bairro Ferroviários, colocamos um banner de 3x1,50 metros. Se Cachoeiro coroar o rei em 19/04, o Município vai ganhar com o turismo, o que gerará empregos. Devemos nos unir para o bem de Cachoeiro. No final, gostaria de tirar uma foto com os dezenove vereadores e a secretária de Cultura para que seja enviada a Roberto Carlos. Agradeço a oportunidade de estar aqui, sempre contando com a colaboração de todos os vereadores. Roberto Carlos, queremos plantar no seu coração a semente que vai germinar e dar frutos para todo o povo de Cachoeiro. Que Deus abençoe a todos. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Sr. Epiphânio, queremos agradecê-lo pela explanação e dizer que pode sempre contar com esta Casa. Roberto Carlos é um grande representante de música e leva o nome de Cachoeiro para todo o mundo. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Quero saudar o Sr. Epiphânio, que é uma figura carismática e vem lutando muito para dar andamento a esse projeto. Vamos ver se, de agora para frente, essa proposta tenha mais força e o seu sonho seja realizado. Conte conosco. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço de coração o apoio dos dezenove vereadores. / **Carlos Renato Lino:** — Sr. Epiphânio, quero parabenizá-lo e dizer que tenho carinho e respeito pelo senhor, e vice-versa. Há um mês, o Sicoob trouxe a Cachoeiro o ex-ministro Joaquim Barbosa, e, para mim, não representou nenhum benefício. O senhor poderia procurar o pessoal do Sicoob para trazer o rei a Cachoeiro, o que será muito bom para o povo da cidade. Essa é uma forma de honrar a sua pessoa pela dedicação e o carinho que tem por Roberto Carlos. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço as palavras de carinho e de apoio ao trabalho que faço. Uma vez por

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

mês, realizo a apresentação na Praça Jerônimo Monteiro, quando as pessoas tiram foto comigo, porque há um banner de Roberto Carlos atrás. Na entrada do Bairro Ferroviário, há dois anos, foi colocado um banner de 3x1,50 metros. / **David Alberto Lóss:** — Quero cumprimentar o Epiphânio pela iniciativa louvável e gostaria de saber se Roberto Carlos tem conhecimento dessa movimentação, desse trabalho com relação a ele que você faz em Cachoeiro. O rei já lhe deu algum retorno por esse trabalho de elevar o nome dele? / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Acredito que ele saiba. Quando a família da Ótica Cachoeiro vai para o Rio de Janeiro fica na casa de Roberto Carlos, tenho o endereço e mando tudo para lá, através de Sedex. / **David Alberto Lóss:** — Então, você tem mandado informações sobre o seu trabalho para Roberto Carlos? / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Mesmo que no momento não haja resposta, estou sempre enviando. / **Delandi Pereira Macedo:** — Quero cumprimentar e parabenizar o Sr. Epiphânio pela iniciativa. Mais do que nunca Cachoeiro precisa reverenciar a figura de Roberto Carlos, mesmo que ele não corresponda. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço ao vereador. Vou contar um segredo: o nobre vereador me deu as fotos de hoje para que eu as envie a Roberto Carlos. / **Fabrcio Ferreira Soares:** — Quero cumprimentar o Sr. Epiphânio pelo trabalho que faz. É isso que engrandece as pessoas. Cachoeiro necessita ou necessitará de Roberto Carlos quanto ao turismo, trazendo retorno para a cidade. Dizem que santo de casa não faz milagre, e estou começando a acreditar que Roberto Carlos não fará milagre para esta cidade nem depois de morto, porque faltaram pessoas como o senhor lá atrás para fazerem com o rei tivesse um carinho maior por Cachoeiro. Podemos ver que Roberto Carlos se afastou de Cachoeiro, e dizem que é por causa de política lá de trás e pelo roubo de dinheiro de show. As pessoas inventam muitas histórias. Se houvesse mais cachoeirenses como o senhor, talvez, a cidade lucrasse muito com a história de Roberto Carlos, após a morte dele. Digo isso, porque só dão valor às pessoas depois que elas morrem; entretanto, acho que isso não ocorrerá em Cachoeiro. É por acreditar que as coisas acontecem na vida das pessoas que surgiram as cidades, e estamos aqui sentados nas cadeiras de vereador. Quero parabenizá-lo, porque a sua missão não é fácil. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço as palavras de V. Ex.^a, e vamos ter mais coragem para caminhar em frente. / **José Carlos Amaral:** — Epiphânio, tudo o que se faz para preservar a cultura da nossa terra é bom, e você sempre buscou isso. Então, mesmo sem a compreensão do rei, você está fazendo a sua parte, não deixando que a história de Cachoeiro se apague. Entendo que o rei tem muitas obrigações e compromissos e acaba se esquecendo de olhar para terra dele. Digo que ele sempre será lembrado, porque Cachoeiro se tornou Cachoeiro de Itapemirim após a nossa história ter sido contada pelas ilustres personalidades do nosso Município, como Raul Sampaio, Carlos Imperial, Jece Valadão, Roberto Carlos e outros mais. Parabéns pela sua luta! / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço as palavras do Vereador Amaral. / **Lucas Moulais:** — Quero parabenizar o Epiphânio pelo seu esforço para divulgar Roberto Carlos. Como disse o Vereador Fabrcio, deveríamos ter vários Epiphânios em Cachoeiro. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço as palavras, mas sou uma formiguinha. Se juntarmos todas as formiguinhas de Cachoeiro, se Deus quiser, conseguiremos coroar Roberto Carlos. / **Luis Guimarães de**

4

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

Oliveira: — Quero parabenizar o Sr. Epiphânio pela iniciativa e pela coragem. Acho que o interessante para Cachoeiro seria explorar o turismo em cima do nome de Roberto Carlos; agora, se ele virá aqui ou não, para mim, não interessa. O que interessa é aproveitar a oportunidade e o nome dele. Quando Roberto Carlos souber que o povo está lhe dando valor, ele tomará vergonha e virá a Cachoeiro. O sonho do povo cachoeirense é que ele admita ser de Cachoeiro. O Zeca Pagodinho não é da minha terra, mas diz que é, e Xerém ficou conhecida em todo o Brasil. A iniciativa do senhor é boa e, se eu puder ajudar em alguma coisa, o meu gabinete está à disposição. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço as palavras do irmão Luisinho Tereré. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Sr. Epiphânio, parabéns por sua luta! Li em um artigo que Cachoeiro não tem nenhum fã clube do Rei Roberto Carlos e fiquei muito triste com isso. Morei no Rio Grande do Sul por dois anos e, quando eu dizia que era de Cachoeiro, as pessoas sempre lembravam que era a terra de Roberto Carlos. Então, Cachoeiro é conhecido nacional e internacionalmente por causa de Roberto Carlos. Em 2011, a Escola de Samba Beija Flor foi campeã, homenageando o Rei Roberto Carlos, e vários cachoeirenses pagaram caro para desfilar naquela agremiação. Por que não montar um fã clube na cidade? Isso vai manter viva a história do rei na cidade. Lanço um desafio para que o senhor, que é o fã mais frenético de Roberto Carlos em Cachoeiro, possa organizar esse fã clube. Queiram ou não, Roberto Carlos leva o nome de Cachoeiro para todo o Brasil e para o mundo. Que Deus o abençoe. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço as palavras do nobre edil. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Meu amigo Epiphânio, acho que as falas dos vereadores contemplaram bem a sua proposta e todos foram muito receptivos. Quero reconhecer que, antes de ser fã de Roberto Carlos, eu já era fã do Epiphânio. Eu o conheci em 1965, e você sempre teve seus critérios e seu lado humano, colocando-se à disposição da sociedade cachoeirense. Hoje, pegou essa bandeira do Roberto Carlos e deve ir em frente, avançando sempre e conquistando adeptos. Há uma divisão na música, antes e depois de Roberto Carlos. Não é uma questão de saudosismo, e sim de reconhecimento verdadeiro, observando a qualidade e a técnica da música. Sabemos que Roberto Carlos é perfeccionista, gosta de tudo certinho. Então, precisamos valorizar isso. Cachoeiro precisa de homens como você, Epiphânio, para continuar levantando essa bandeira. Tudo o que você faz é com amor, dedicação e emoção. Havia um grande zunzunum, as pessoas não o ouviam e, mesmo assim, você falava com carinho, fazendo o seu papel de liderança. Roberto Carlos escreveu a história da música romântica, da poesia em nível internacional, e jamais outro compositor ou cantor fez isso. Devemos valorizar e enaltecer isso em Cachoeiro. Epiphânio, sou seu fã e quero parabenizá-lo pelo seu trabalho. Que Deus o abençoe. / **Epiphânio Cândido Gasparini:** — Agradeço as palavras do nobre vereador. Se eu não tivesse a honra de ter feito parte da campanha contra a fome, enviando uma carta para Roberto Carlos e, depois, estando com ele, jamais teria visto o amor que ele tem por Cachoeiro, e muitas pessoas não entendem isso. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Mais uma vez, Sr. Epiphânio, quero agradecer a sua vinda a esta Casa e dizer que as portas da Câmara sempre estarão abertas para o senhor, que tem o pensamento voltado à cultura cachoeirense. Registro a presença da Secretária de Cultura, Sra. Joana Darc, e digo que pode sempre contar sempre com esta Casa de Leis. /

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

Epiphânio Cândido Gasparini: — Agradeço as palavras do presidente e de todos os vereadores. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Convido os vereadores e a secretária de Cultura para tirarmos uma foto e registrar este momento. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Secretária Joana, precisamos criar um dia para homenagear o Zé Nogueira, o precursor de Roberto Carlos e de todos os cantores de Cachoeiro. Registro a presença do Vereador Carlinhos, de Muqui. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Carlinhos, seja bem-vindo a esta Casa! Agora, vamos ouvir o Presidente do IPACI, Sr. Geraldo Alves Henrique. / **Geraldo Alves Henrique:** — Boa-tarde a todos! Hoje, trago aqui um assunto que não é polêmico nem exigirá um maior debate dos senhores vereadores. Protocolamos seis projetos, que estão vinculados um ao outro, fazendo a alteração de algumas leis. Todos sabem que o Município tem um sistema de controle interno, do qual participa a Câmara que possui também uma unidade desse controle. Propusemos a descentralização do controle interno do Poder Executivo, criando a unidade executora de controle interno também nas autarquias, no IPACI e na AGERSA. O Presidente da AGERSA, Fernando Moura, estaria aqui hoje, mas tinha um compromisso; por isso, falarei sobre os projetos, em nome do IPACI e da AGERSA. / **David Alberto Lóss:** — Da DATACI também? / **Geraldo Alves Henrique:** — Não. É só das autarquias. A DATACI é uma empresa pública e não está incluída nesse projeto. É muito importante que o controle interno esteja ativo e funcionando nos órgãos públicos. Os itens que fazem com que haja desperdício de dinheiro público e o percentual dele são: a má conduta (representa 7%); a supressão pelos dirigentes/gestores autoritários do controle interno dos órgãos públicos (13%); as situações peculiares de cada estatal, de cada órgão (17%); insuficiência de um sistema de controle interno na gestão pública (63%). Esse desperdício de dinheiro público é descoberto das seguintes formas: através de uma auditoria externa (2%), por informação de funcionários (2%), mediante investigação especial (2%), por mera coincidência (3%); através de denúncia anônima (5%), por informações de terceiros (9%), em serviço de auditoria interna (26%), por utilização do controle interno por setor (51%). O controle interno não limita a via de atuação dos administradores públicos, e sim, bem estruturado e ativo, constitui a própria presença do gestor público nos diferentes quadrantes de sua administração. Faço a gestão do instituto de previdência há sete anos e quanto mais conheço o sistema mais distante me sinto de cada local em que deveria estar. O controle interno não fiscaliza o gestor, e sim para o gestor, evitando que possíveis erros sejam detectados fora do tempo. Aproveitamos muito a experiência do Pablo, controlador interno da Câmara, que participou da confecção e elaboração desse projeto. As propostas que trouxemos para a Câmara foram aprovadas em reunião ordinária do Conselho de Previdência do IPACI. Às vezes, demoramos a trazer projetos para esta Casa, porque fazemos questão de discuti-los em todas as instâncias. Os benefícios da implantação do controle interno descentralizado são: maior tranquilidade dos administradores e funcionários, contribuição para o atingimento de resultados, otimização das rotinas internas, maior eficácia, possibilidade de identificação de pontos cruciais e de prioridades, diminuição do risco de restrições por parte do Tribunal de Contas e redução das improvisações que influenciam a qualidade. A Emenda 19/1998 trouxe para a Constituição Federal, de forma

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

expressa, o princípio da eficiência. Como gestor público, eu não acredito que conseguiremos cumprir esse princípio da eficiência, se não for através de um controle interno eficiente e ativo. As diretrizes para a implantação do controle interno são as seguintes: qualificação adequada e treinamento dos funcionários, delegação de poderes e determinação de responsabilidades, segregação de funções, instruções devidamente formalizadas e aderência às diretrizes e normas legais. Uma das maiores dificuldades no serviço público é dar continuidade às rotinas de trabalho. Às vezes, mudamos um servidor de setor e o serviço perde a sua continuidade, inclusive tenho essa experiência no IPACI, onde fiz algumas mudanças durante os sete anos de gestão. Um dos principais papéis do controle interno é criar as instruções normativas, definindo as rotinas de trabalho de cada setor. O controle interno é feito pelas diversas unidades dos órgãos públicos, através de rotinas e controle de fluxo administrativo. Um dos projetos altera a Lei 6.775/2013, que implantou o sistema de controle interno no Município, sendo que o artigo 7º previa a criação do controle interno nas autarquias, mas não estava muito claro, pois falava apenas de status de secretaria. Na prefeitura, o controle interno tem status de secretaria; nas autarquias, status de coordenadoria executiva. O artigo 7º tinha o seguinte teor: “A prefeitura municipal, abrangendo a administração direta e indireta, fica autorizada a organizar sua respectiva unidade central de controle interno com status de secretaria, vinculada diretamente ao chefe do Poder Executivo”. Esse artigo foi alterado e ficou com a seguinte redação: “O Poder Executivo, abrangendo a administração direta e indireta, fica autorizado a organizar suas respectivas unidades de controle interno. Parágrafo I – A unidade central de controle interno da administração direta terá status de secretaria. Parágrafo II – A administração indireta, abrangendo suas autarquias e fundações, poderá criar e regulamentar sua estrutura própria de controle interno com status de coordenadoria executiva, vinculada diretamente ao gestor do órgão”. Outro projeto muda a Lei 7.030/2014, que trata da estrutura organizacional do IPACI. Para implantar o controle interno no instituto foi feita a alteração na nomenclatura de cargo, ou seja, passa de “coordenadoria executiva de auditoria e fiscalização” para “coordenadoria executiva de controle interno”. A AGERSA tem uma demanda maior de ouvidoria e há algumas atribuições mais específicas para o controle interno e ouvidoria. / **David Alberto Lóss:** — A coordenadoria executiva de controle interno é mais abrangente. / **Geraldo Alves Henrique:** — Com certeza. No Município temos a Secretaria de Controle Interno e, dentro desse órgão, a Ouvidoria. Dentro da estrutura de coordenadoria executiva também serão colocadas as atribuições de ouvidoria. A AGERSA tem um cargo efetivo de auxiliar de ouvidoria. Outro projeto protocolado na Casa é o que regulamenta a unidade de controle interno no IPACI. O Fernando Moura me autorizou a falar em nome dele aqui, pois o que ele está fazendo na AGERSA é a mesma coisa. A Lei 6.775 também serve para a alteração necessária na AGERSA, mudando a nomenclatura do cargo de ouvidoria para coordenadoria executiva de controle interno. / **David Alberto Lóss:** — O ouvidor da AGERSA tem status de secretário? / **Geraldo Alves Henrique:** — Não. Nem da AGERSA nem do IPACI. / **David Alberto Lóss:** — Vai passar a ter? / **Geraldo Alves Henrique:** — Não. A mudança é exatamente porque, quando foi instituído o controle interno na prefeitura, em 2013, a lei

7

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

previa que a administração direta e indireta ficaria autorizada a criar as suas respectivas unidades de controle. Na época, não foi implantado o controle interno descentralizado, o que ocorrerá agora, e também vamos instituir nas autarquias o status de coordenadoria executiva. Na AGERSA, foi feita uma modificação no nome do cargo, que passou a ser coordenadoria executiva de controle interno, com a exigência de escolaridade de nível superior completo. Foi feita outra na estrutura organizacional, que está sendo apenas adequada. Em julho, foi aprovada na Câmara uma lei que fez uma mudança da nomenclatura de cargo da AGERSA, que era coordenador de regulação de saneamento e passou a ser técnico de regulação de saneamento. Não houve alteração na quantidade de cargos. Na estrutura do IPACI e da prefeitura há uma diferença de provimento em comissão, que é quando um servidor sem vínculo assume um cargo comissionado, e função gratificada, quando um servidor efetivo do Município ou da autarquia assume um cargo comissionado. Está sendo proposta uma mudança para igualar as estruturas da AGERSA às da prefeitura e do IPACI. Outro projeto que está na Câmara institui a unidade de controle interno na AGERSA. Então, são três projetos para o IPACI e dois para AGERSA. O objetivo é descentralizar o controle interno da prefeitura, criando a unidade executora de controle interno no IPACI e na AGERSA. Outro projeto protocolado na Câmara abre quatro novas vagas para cargos efetivos na AGERSA, sendo um de contador, dois de técnico de regulação em espaço público e um de técnico de regulação em saneamento. O que se pretende com a abertura dessas vagas de cargos efetivos é atender as demandas de regulação dos espaços públicos, inclusive está se falando de rotativo e de rodoviária. O IPACI tem cerca de vinte e quatro servidores, tendo sido abertas no último concurso vagas para efetivos, onze deles já empossados, com conseqüente exoneração de outros onze comissionados. De um quadro de vinte e quatro servidores do instituto, apenas um diretor jurídico que trabalha lá desde 2007, o Paulinho, desde 1998, e um diretor financeiro não possuem vínculo. Fica clara a importância de aumentar os efetivos e diminuir cada vez mais a presença dos comissionados nos órgãos públicos. Quanto ao controle interno, seria bom que o Fernando estivesse aqui, pois desde março estamos construindo esse projeto, com a participação do Pablo e de servidores de cada órgão. Em conversa com o Fernando, vi que tem aumentado a demanda de regulação com a abertura de outras frentes, sendo necessário, por exemplo, efetivos para a área do rotativo, principalmente na função do contador. Fazer gestão pública hoje não é a mesma coisa de há dez anos, basta ver que o nível de exigência é outro. / **José Carlos Amaral:** — Qual é o salário desses técnicos? / **Geraldo Alves Henrique:** — No projeto de lei há essa informação. Não estão sendo criados novos cargos, e para o controle interno o que fizemos foi mudar a nomenclatura de alguns deles, ou seja, o que na AGERSA era ouvidoria passou a ser coordenadoria executiva; no IPACI, o que era coordenadoria executiva de auditoria e fiscalização passou a ser coordenadoria executiva de controle interno. Demos atribuição para esses cargos de fazer o controle interno e a ouvidoria. Esses quatro cargos já existem, e estão sendo abertas vagas para chamar mais servidores efetivos já aprovados em concurso. Já disse aqui que, quando chamei onze novos servidores efetivos para o IPACI, eu exonerei onze comissionados. Foi feita a substituição de servidor comissionado por efetivo. / **Delandi Pereira Macedo:** — Há contador comissionado

8

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

na AGERSA? / **Geraldo Alves Henrique:** — Acho que há um contador lá, e está sendo proposta a criação de outra vaga para o cargo. Hoje, no serviço público pessoas com formação em direito, em administração e em contabilidade são essenciais, pois têm autorização de fazer auditoria, a prestação de contas e o controle interno. / **José Carlos Amaral:** — O projeto do rotativo será enviado para a Câmara. / **Geraldo Alves Henrique:** — Como construímos esses projetos voltados para o controle interno em conjunto, eu me propus a fazer a defesa deles aqui e trazer os dados técnicos. Na verdade, já existe o controle interno, através da unidade central da prefeitura, e o que estamos fazendo é colocar unidades executoras dentro de cada autarquia, ainda submetidas à central para fazer o acompanhamento. Não se faz controle de longe. O IPACI e a AGERSA não podem ficar um ano inteiro sem auditoria e acompanhamento do controle interno, sendo que a Secretaria Municipal de Controle Interno não tem pernas para chegar a outras secretarias e autarquias. / **David Alberto Lóss:** — A data da concessão foi dada e parece que vai até 2030. / **Geraldo Alves Henrique:** — A informação que tenho é de que o Fernando anda discutindo isso com os senhores. Com relação aos dados técnicos, é isso o que tenho para lhes passar. Estou à disposição dos senhores. Respondendo ao Vereador Maitan, digo que o controle interno é uma exigência do Tribunal de Contas e uma de suas funções é emitir parecer sobre as contas e o funcionamento dos órgãos. Quando isso é acompanhado mais de perto, conseguimos emitir um parecer. Se esses projetos não forem aprovados este ano, no próximo, entre janeiro e fevereiro, antes do encaminhamento da prestação de contas ao Tribunal de Contas, a unidade central de controle interno da prefeitura terá que fazer uma auditoria em todos os contratos, processos, diárias e no funcionamento do Instituto de Previdência e da AGERSA para emitir parecer. Passamos por isso no ano passado e pensamos em descentralizar o controle interno. Como vamos emitir um parecer sobre o funcionamento e o controle interno, se não acompanhamos essas questões durante o ano? Essa é uma dificuldade. Quando descentralizamos, uma das funções do controle interno é emitir parecer sobre o funcionamento do controle interno de cada gestão. O Tribunal de Contas dá parecer às contas de governo, e os vereadores julgam isso aqui; agora, quanto às contas de gestão de presidentes de autarquias e as do prefeito, o Tribunal de Contas julga, e o julgamento depende do parecer do controle interno. Esse seria o motivo de mais urgência para votar essas matérias; não inviabilizaria, mas ajudaria no funcionamento lá. / **Rodrigo Pereira Costa (Presidente em exercício):** — Agradeço ao Geraldo pela apresentação e digo-lhe que esta Casa de Leis vai contribuir no que for possível com o Município de Cachoeiro. A tribuna está a sua disposição sempre que for necessário. / **Geraldo Alves Henrique:** — Agradeço mais uma vez a esta Casa pelo uso da tribuna e o acolhimento por parte dos senhores. Conto com a sabedoria dos vereadores para melhorarem os projetos que trouxemos para cá. Tudo o que trouxemos para esta Casa foi aprovado e está ajudando no funcionamento dos órgãos do serviço público. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando os inscitos declinaram da palavra. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Alexandre Andreza Macedo:** — Boa-tarde a todos! Chamo um cidadão de Itaoca, que é deficiente visual, para que entre no plenário. Ele foi funcionário da Prefeitura de Cachoeiro

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

durante toda a sua vida. Como teve uma diabetes, com média de glicose em 500, foi aposentado e, por lei, a prefeitura tinha o direito de mandá-lo embora a qualquer momento. Agora, enquanto teve saúde, serviu à prefeitura e também usufruiu do salário recebido, mas foi só adoecer para lhe mandarem pegar uma licença; depois, o afastaram do serviço sem direito a nada, nem a solidariedade. Não culpo o prefeito, pois sei que é coisa dos setores, inclusive o responsável pela pasta de ação social poderia tê-lo encaminhado, pois é um ser humano passando necessidade. Ele, como recebia o tíquete, deu entrada em um carro, com parcela de quatrocentos reais; hoje, tendo sido dispensado, restou-lhe essa dívida nas costas, sobrando para sua sobrevivência trezentos e oitenta reais. Nós ganhamos muito mais do que isso, ajudamos algumas pessoas e vivemos ainda com dificuldades; portanto, podemos imaginar o que está sendo para esse homem que ainda precisa de remédios. Tentei entrar em contato com o Tiago e não consegui, mas vou continuar buscando uma ajuda junto a ele para dar suporte a esse morador de Itaoca, para o qual está faltando até alimento em casa. Vejam o quanto está custando para esse homem estar na Câmara se expondo e expondo a sua família, para assumir que não tem como colocar alimento em casa. / **Apartando José Carlos Amaral:** — Vamos encabeçar uma lista entre nós, vereadores, para ajudá-lo. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Belíssima ideia, Vereador Amaral! Faremos isso, inclusive V. Ex.^a já deu 100 reais, eu darei 50 reais e o ajudarei com uma compra. Tomara que isso não venha a acontecer com outros funcionários e que quem agiu dessa forma com esse rapaz venha a saber das dificuldades que o mesmo está enfrentando. Agora, quero apelar ao presidente que retorne com a rádio para esta Casa de Leis, permitindo que o povo tome conhecimento da nossa atuação legislativa em prol dele. Em 99,9% das vezes não somos atendidos pelo governo e acabamos sofrendo cobranças por coisas que, embora não sejam da nossa alçada enquanto vereadores, trazemos para esta tribuna e reivindicamos, via indicações. O vereador nunca é atendido, fica aqui, fazendo papel de palhaço, de bobo, conforme aqueles que assistem à sessão pensam de nós. Tratam-nos como mendigos, pois imploramos ajuda para as nossas comunidades e saímos sem uma resposta para dar. Assim, como esta Casa de Leis está com mais de 300 mil reais, o presidente poderia rever esse contrato com a rádio, segurando um pouco essa obra para dar voz aos vereadores. Quero também falar sobre as empresas de Itaoca e farei um pedido formal à Secretaria da Fazenda para levantar tudo o que é arrecadado dentro do distrito e saber se isso fica em Cachoeiro ou vai para o Estado. Isso porque, nessa situação em que paramos o distrito, o presidente da nossa associação de moradores não está podendo entrar em certa empresa, pois é acusado de tê-la atrapalhado por conta do manifesto. Essas empresas saem do distrito com 5,6 milhões de reais nos bolsos e pagam os impostos que vão não sei para onde. Temos a Vale do Rio Doce, a Samarco, a Amanco, num total de quatrocentos clientes no distrito, empresas essas que deveriam firmar um compromisso com os fornecedores, de uma certificação ou obrigação ambiental e social em Itaoca, com um selo de qualidade. Se uma Carbomix ou uma Mibita estiver atendendo à Vale do Rio Doce, reverta uma parcela desses recursos para a parte social do distrito, já que ninguém cobre o prejuízo ambiental lá dentro. Um palestrante me disse que em suas palestras no Rio de Janeiro e em Minas Gerais sempre cita Itaoca, como sendo um distrito rico, mas feio para embelezar o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

resto do Brasil. Então, senhores, essas empresas sem comprometimento nenhum e que acham que o seu papel é simplesmente pagar imposto precisam ajudar, e vamos buscar isso junto ao secretário do Estado de Desenvolvimento, visto que o do Município não demonstrou interesse algum em colaborar conosco. Vamos tentar fazer com que essas empresas lá de fora cobrem as que estão dentro de Itaoca, quanto à medição de poeira, não só a industrial, como as das pedreiras, das minas, onde usam explosivos, porque o peso é maior que o ar e, quando a umidade baixa, à noite, ela se acama no distrito, e é isso o que respiramos. As empresas estão em dia com os seus impostos, mas não com as pessoas que moram no distrito, especialmente as crianças. Tivemos lá um foco muito grande do mosquito da dengue dentro de uma empresa e precisamos lutar para que isso termine e o distrito tenha um destino diferente. Peço a ajuda da Câmara e dos colegas conterrâneos como o Dilem. Sei que vou sofrer represálias de empresários, mas não estou me colocando contra as empresas, e sim como morador de lá e pai de família. Essa é a única forma de a comunidade ser ajudada; do contrário, ficaremos na mesmice sem que o governo cobre dessas empresas, que sempre alegam que as estradas estão sem asfalto. Vou buscar ajuda junto ao Ministério Público do Trabalho para a realização de uma audiência pública aqui, com a presença dos empresários para ver o que pode ser feito com vistas a ajudar àquela comunidade. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — O rapaz é funcionário da prefeitura? / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Era, mas se aposentou, e está faltando solidariedade. Foi essa a reclamação do vereador. / **Alexandre Andreza Macedo:** — É isso. Muito obrigado! / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-tarde a todos! Fiz um requerimento pedindo que a prefeitura me informe a quantidade de estacionamentos particulares que há na cidade, o nome das empresas, os endereços e os valores cobrados. São constantes as reclamações, inclusive da parte do Alexandre Buzon, visto que estão cobrando de 2 a 8 reais. Como não há uma regra, preciso entender isso até para saber de quem é a responsabilidade de cuidar dessa parte, pois a cidade precisa se organizar, e não ficar à moda vai-se embora. Senhores, atrás da Itacar, alguém colocou vários pedaços de tubos de ferro na calçada, sendo que já é lei a proibição de estacionar carros nelas. Colocaram esses ferros na calçada e, ao mesmo tempo, abriram um estacionamento particular ao lado, sem que haja uma placa indicando para sabermos se pagam imposto à prefeitura. Como é que essa pessoa pode bloquear uma via pública? Assim, pedi ao secretário de Segurança e Trânsito que tomasse providências, o que é dever dele e do setor de Posturas. O rotativo de rua tem o valor de 2 reais, o estacionamento próximo as Casas Bahia cobra o mesmo, enquanto alguns cobram 5 reais; outros, 8 reais. Todos esses estacionamentos estão legalizados? Receber é fácil, e pagar os impostos? O valor do estacionamento é muito caro. A nossa cidade está passando por dificuldades, e as coisas funcionam sem critérios nem organização. Está vindo da AGERSA para cá um projeto que vai licitar o estacionamento rotativo de Cachoeiro, aumentando ainda mais o custo para o nosso cidadão, inclusive será cobrado também de motocicletas, e a agência vai levar aquela vantagem, como faz em cima da Odebrecht, que tem que pagar a ela uma porcentagem em cima de tudo o que fatura. Esse projeto está vindo para a Câmara, e nós, vereadores, que ganhamos a eleição para defender o povo, precisamos ficar atentos. Não podemos simplesmente votar e deixar que a prefeitura

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

faça o que quer, não. O povo está cansado de pagar e de sofrer. É só cobrança. Aí, vêm aqui, contam essas histórias malucas, como se tudo estivesse organizado; porém, não há nenhuma organização. É buraco para todos os lados, e a cidade está um caos. Há alguns anos, quando Casteglione assumiu a prefeitura, o Governo do Estado liberou uma verba para o asfaltamento de algumas vias de Cachoeiro, e ficou tudo bonito; passado um tempo, uma empresa de gasoduto saiu cortando as avenidas, transformando-as em uma bagunça, como sei viu na entrada do Bairro Paraíso e na Linha Vermelha, que foi preparada para passar automóveis e, agora, trafegam por lá muitas carretas. A cidade está toda esburacada, e nós pagamos os nossos impostos, como IPVA e IPTU. Isso é triste, mas, infelizmente, é verdade. Quando a pessoa se aposenta deveria ter sossego, paz e tranquilidade, porém, no Brasil, passa por essas dificuldades narradas pelo Vereador Alexandre. O colega David disse que é uma lei, e eu não posso concordar com ela. O Luiz, da AGERSA, foi afastado e continua recebendo 7 mil e 264 reais; enquanto o salário desse senhor que está aqui era de 800 reais e não recebe mais nada. Este país é muito desigual! Tomara que, no final, haja justiça e, se mereceu, levou; se perdeu, devolve. Acho 7 mil e 264 reais muito dinheiro para um cidadão receber sem trabalhar. Eu fui afastado por dez meses desta Casa de Leis, e a Justiça tirou 30% do meu salário. Eu venci nas urnas para ser vereador, não ganhei nada de graça nem fui nomeado pelo prefeito. Se é lei, devemos respeitar. Acho que votei a favor desse troço, acreditando que era para ajudar Cachoeiro. Não sei se votei errado ou certo. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — V. Ex.^a tem mandato e é uma faca de dois gumes. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Vou deixar isso para a Justiça resolver, mas adianto que, para mim, é injustiça. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Eu vou mandar o meu advogado futucar. Já tenho assinaturas para abrir uma comissão de inquérito para apurar os atos de uma secretaria que tem por aí. Essa comissão vai ser pior do que a bomba de Hiroshima. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Demorou, mas chegou a esta Casa o Projeto de Lei 262/2015, no qual a prefeitura pede autorização para pagar o salário dos agentes de saúde e de endemias no valor do piso do Brasil, o que já era para ter sido feito há muito tempo. Todas as pessoas que ocupam cargo de chefe, de gerente ou de secretário têm maior responsabilidade e recebem um salário melhor. A prefeitura vai diminuir em 200 reais o salário dos chefes que cuidam dos agentes. O valor parece pouco, mas é muito. Votarei, com ressalva, a favor desse projeto, porque os agentes precisam receber 1 mil e 14 reais, porém, se houver tempo, farei uma emenda. As pessoas já estão contando com esse valor, acreditando naquilo que a prefeitura disse que iria fazer. Agora, ela retira esse benefício das pessoas, sem aviso prévio. Para mim, estão retirando o estímulo, a vontade dos servidores trabalharem por conta de um valor tão pequeno. Que diferença faz 2 mil reais para pagar dez bons profissionais? Eles devem ser bons, já que foram escolhidos como chefes. Pagam mais de 7 mil reais de salário para secretário que nem trabalha e fica só passeando no carro da prefeitura para lá e para cá, enquanto essas pessoas que são chefes dos agentes sofrem, recebem apenas 200 reais a mais e nenhuma vantagem. Quem trabalha na prefeitura com esse governo que está aí, vai ter o nome inscrito no SPC. Ainda ouço dizerem pelas ruas que “se concorrerem à eleição novamente é capaz de ganharem”. Será possível?! Se ganharem de novo é porque o povo gosta de sofrer e vou subir nesta tribuna e bater palmas a vida inteira

12

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

para que percebam que não adianta lutar. As pessoas precisam ter consciência e prestar atenção em tudo o que acontece nesta cidade. As empresas estão indo embora de Cachoeiro. Há algum tempo, dissera-me que a coisa mais fácil era abrir um MEI – Micro Empreendedor Individual, e que não era preciso nem ter contador. Isso é mentira! É a maior dificuldade. Eu e minha esposa abrimos um MEI, mas quase que a pessoa “embarreirou”, porque há um lago de peixes na minha casa que tem mais de trinta anos e é formado por uma nascente, sendo que a oficina estava a menos de trinta metros dele. A situação foi resolvida dentro da lei, e não porque sou vereador, pois a mulher que foi lá nem me conhece. A prefeitura não ajuda em nada e fica achando que o povo é besta. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Os agentes deveriam estar recebendo esse valor desde junho. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Querem colocar a culpa nos vereadores por terem tirado os 200 reais da chefia. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Desde 17/06/2014 está em vigor a Lei Federal 12.997 e ela tem um artigo que diz o seguinte: “Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”. A prefeitura não vai pagar o salário novo aos agentes em dezembro, e sim só em janeiro. Vamos fazer uma emenda para que esse pagamento já ocorra em dezembro. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Aí, pergunto aos colegas vereadores: concordaremos com a votação desse projeto hoje? Precisamos pensar e saber o que é certo e errado. Quando os projetos de capa azul chegam, precisamos lê-los. Quero uma resposta da prefeitura com relação aos estacionamentos particulares da cidade. Os donos desses estacionamentos precisam respeitar o povo de Cachoeiro e não tomar dinheiro das pessoas como estão fazendo. Para mim, isso é crime. Peço ao Secretário de Segurança e Trânsito, meu amigo Alexandre, que tome providências junto ao setor de Posturas quanto à reclamação que o rapaz fez aqui para ver se as pessoas estão sendo impedidas de passar pelas calçadas, devido à colocação de canos nos passeios. Inclusive, uma senhora já se acidentou lá. Vou cobrar do Secretário Alexandre, se nada for feito. Pela competência e pelo trabalho que o secretário tem desenvolvido, tenho certeza de que tomará uma posição e indicará a quem de direito para tomar uma providência em favor do povo de Cachoeiro. Essas pessoas, que tem uma situação um pouco melhor, precisam parar de achar que mandam nesta cidade, pois ela é de todos nós. O cidadão mais humilde vive sofrendo. A prefeitura está concordando com essas pessoas que acham que mandam em Cachoeiro. Muito obrigado! / **Rodrigo Pereira Costa:** — Boa-tarde a todos! Quero parabenizar a Secretaria Municipal de Saúde pelas ações que realizou no final de semana, voltadas ao combate à dengue, conforme há muito tempo cobrava desta tribuna, para prevenir um provável surto da doença, de acordo com o que apontavam os últimos levantamentos. Lembro que a audiência pública que realizamos nesta Casa contribuiu muito para que essa iniciativa saísse do papel e passasse ao campo da ação, constatando-se que o mutirão realizado era algo extremamente necessário. Foram recolhidas mais de doze caçambas de lixo e entulho, e apesar da positividade desse mutirão não se pode parar por aí, porque alguns bairros ainda não foram atendidos, o que requer outra estratégia. Digo isso, porque, senhores, o balanço desse trabalho aponta que foram encontrados muitos focos nas regiões atendidas, escolhidas por terem o maior número de casos notificados da doença. Há que se prosseguir com esses mutirões e orientações, porque a dengue realmente mata, sem contar a

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

probabilidade de a Zyca chegar em nossa cidade. É por isso que precisamos continuar combatendo esse mosquito com destemor. Como as chuvas estão chegando, precisamos ficar alerta, porque depois dela os casos da doença aumentam normalmente, e a prevenção, conforme sempre digo, é o melhor caminho. Ressalto a importância dos trabalhos realizados pelos agentes de saúde e de endemias, que ajudaram a recolher o lixo, colocando-se à disposição da secretaria, conforme foi visto nos Bairros Zumbi e Novo Parque. A secretaria está começando a acertar no seu trabalho, sendo importante fiscalizar os terrenos baldios e depósitos de pneus, infligindo multas, se necessário. Parabéns ao Valdir, do PV, que esteve junto nesse trabalho, o qual deve prosseguir. Muito obrigado! / **Wilson Dilem dos Santos:** — Boa-tarde a todos! A sessão solene de ontem foi gratificante, porque recebemos aqui aquele grupo de funcionários da SEMSUR. Também estiveram presentes diversos doadores de sangue, sendo que dessa vez os vereadores homenagearam as doadoras. Fico feliz de ver que ao longo do tempo a Câmara tem abraçado essa causa tão nobre, que é incentivar novos doadores de sangue em Cachoeiro de Itapemirim, com a proposta agora de ter a adesão do sexo feminino, o que propiciou a manifestação das mulheres. Agradeço a colaboração dos vereadores e espero que continuemos a ajudar os bancos de sangue do nosso Município. Agora, gostaria de falar sobre o abandono em que estão as rodovias estaduais que dão acesso à sede e a todo o Município. Quem passa no trecho entre a região do trevo do Gavião até o trevo do IBC vê o quanto é vergonhoso o estado de abandono da Rodovia Jones dos Santos Neves. A responsabilidade é do Estado, mas será que o Município, que tem o controle do perímetro urbano da cidade, não pode intervir e guerrear contra essa falta de ação e irresponsabilidade dos governantes estaduais? Estou criticando o atual governo do Paulo Hartung, assim como o do seu antecessor, Renato Casagrande. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — As Rodovias Aristides Campos e Jones dos Santos Neves sempre foram cuidadas pela prefeitura de Cachoeiro. Por que limpam sempre do trevo, que é federal, até o trevo da Brahma? É uma federal e outra estadual. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Só sei que é uma irresponsabilidade enorme do Governo Estadual e quero fazer esse confronto com quem administra o Município de Cachoeiro de Itapemirim, inclusive nós, vereadores, devemos nos envolver nesse meio. Eu estou aqui exatamente para fazer o meu papel de fiscalizar, denunciar e atacar quando é necessário. Se tivesse autonomia e autoridade, fecharia aquela rodovia, porque não posso admitir que um diretor do DER, que mora em Cachoeiro, passe lá todos os dias e não veja a situação caótica da avenida especialmente próximo ao Perim. Começaram uma obra há três, quatro anos, fizeram o deslocamento dos postes, mas a pista no sentido do BNH é uma vergonha. Será que o governador só vem a Cachoeiro de helicóptero ou só passa pela Rodovia do Valão? Será que não vê essa situação para determinar ao DER que faça a recuperação daquela via? É brincar com o povo, ignorando a quantidade de acidentes que ocorrem diariamente lá, sendo ceifadas vidas, naquele ponto que acabei de citar. Enquanto representantes da população, temos que dar a mão à palmatória para a sociedade nos bater mesmo, visto que essa situação está de baixo dos nossos olhos. Por onde deve ser iniciado um movimento, pela Câmara, pela Secretaria de Trânsito, de Obras ou pelo DER? Será que falta a sociedade protestar na rua? Existem vários caminhos, resta saber qual é o

14

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

mais legal e que evite constrangimentos como os ocorridos em Itaoca e Coutinho. Evitamos esse tipo de conflito chamando a atenção das autoridades que não estão nem aí para nós. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — A forma mais elegante é fazer um documento, exigindo, e não pedindo, as providências, da Câmara para a Assembleia Legislativa, de Legislativo para Legislativo, com cópia para o governador. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Nós fizemos um bom trabalho referente à mobilidade urbana. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Foi enviado para a Assembleia Legislativa. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Fiz questão de conversar com cada deputado, ir a todos os gabinetes, para discutir com as autoridades que têm uma maior possibilidade de defender Cachoeiro de Itapemirim junto ao Governo do Estado. Eu até acredito que vão fazer essa defesa, incluindo esse trabalho nos seus planos de governo, mas estamos vivendo essas dificuldades há muitos anos, denunciando até aquela obra do gasoduto. Não fazem nada, e outras rodovias estão na mesma situação, a exemplo da do Frade, onde não há um quilometro sequer de acostamento, outro ponto que é caminho dos deputados. Fica registrado o meu repúdio quanto à falta de ação da diretoria do DER e do governo Paulo Hartung, que fechou os olhos para Cachoeiro. Não estou considerando a parada, nesse período de transição de governo, daquela obra de duplicação da Rodovia Cachoeiro x Duas Barras, embora se tivessem um pouco de atitude já teriam reiniciado, isso se parassem de olhar o retrovisor e de jogar pedras para trás, em quem começou o trabalho e não o concluiu. Não é possível que vão esperar chegar 2016, que é um ano eleitoral, para colocar faixa e inaugurar aquela obra. Muito obrigado! / **David Alberto Lóss:** — Boa tarde a todos os presentes neste plenário esvaziado! Há na Casa uma série de projetos importantes, como o do leilão, os quais os vereadores precisam conhecer para apresentarem as emendas que julgarem necessárias. Eu gostaria muito que o projeto do Código Rodoviário fosse votado com as emendas propostas, visto que houve audiência e foi discutido para lá e para cá. Cito ainda como importante aquele projeto, que permite a regularização fundiária em Cachoeiro de Itapemirim, o qual reproduz aquilo que o próprio Tribunal de Justiça nos entregou pronto. Praticamente todos os Municípios fizeram, e eu não creio que sejam necessárias mais audiências públicas, porque elas já foram feitas. Há também aqui a importante votação da LDO. / **Aparteando Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Não dá para votarmos hoje esse projeto da regularização fundiária? / **David Alberto Lóss:** — Está pronto para votar, com todos os pareceres. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Vai ser votado. / **David Alberto Lóss:** — São projetos importantes. Eu gostaria que tivéssemos a preocupação de analisar os projetos que chegaram, inclusive o Vereador Léo, que já foi secretário de Ação Social, tem muita condição de opinar quanto à proposta de regulamentação do transporte coletivo, que traz uma série de gratuidades para as pessoas carentes. Vamos nos apressar; do contrário, votaremos sem conhecer o conteúdo, e a Câmara tem que se manifestar e fazer o seu papel. A minha preocupação é trabalhar para o Município de Cachoeiro, pois o nosso compromisso não deve ser com o prefeito, visto que ele passa; portanto, as leis precisam ser feitas para o Município. O projeto do leilão será votado no dia da limpeza de pauta, decidindo o que vai acontecer com toda aquela sucata, sendo a proposta passível de emenda, devendo-se considerar o parecer do procurador que dá algumas sugestões

15

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

e podemos também fazer a comissão para acompanhar depois esse processo. Não devemos votar de afogadilho, e sim vamos fazer isso com conhecimento, considerando sempre que está em jogo a importância que tem o nosso Poder legislativo. Concordo com o que o Vereador Wilson disse quanto às rodovias, pois multar eles sabem, com fiscal fixo perto do Aeroporto e de quem vai para Muqui. É só passar a mais de trinta e cinco quilômetros, que a multa vai para os cofres do Governo Federal. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — É o radar ladrão. / **David Alberto Lóss:** — O dinheiro dessas multas vai para o Governo Federal que não move nem uma palha lá. Na Rodovia Cachoeiro x Safra pelo menos deram uma reformada, enquanto que o Governo do Estado está sendo completamente omissivo, basta ver o estado daquele trecho próximo ao Perim novo, onde o fluxo é violento. Sei que começaram a obra no outro governo e esse não a terminou, e, como vou sempre à faculdade de direito, vejo que é um problema que requer uma correspondência enérgica da Câmara para o governador, expondo essa falta de atitude do DER que não tem atuado bem em nossa região, conforme foi denunciado pelo Vereador Wilson. Senhores, quanto àquele processo que Ministério Público estava querendo que eu assinasse um TAC para pagar uma importância referente à Previdência Social, digo que fiz a defesa e hoje recebi um ofício, dando conta de que o processo foi arquivado. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Aproveitando a fala do vereador, informo que as nossas contas de 2013, época em que descobrimos a fraude na Câmara, graças a Deus, foram aprovadas. / **David Alberto Lóss:** — Muito obrigado! / Passamos ao **Horário das Lideranças / José Carlos Amaral (DEM):** — Senhores, quero alertar que estamos no dia primeiro de dezembro, e há vários projetos de lei na Casa, para os quais a legislação exige a realização de audiências públicas pela Câmara e pela prefeitura, sendo que nada disso foi feito. Como vamos votar dessa forma aqueles projetos que chegaram hoje? Eu quero que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a procuradoria vejam isso; do contrário, não dará para votar essas matérias este ano. Fiz esse apelo quanto ao projeto do colega, ele acertou e vai ser votado hoje. Voto a favor do que é bom para Cachoeiro, desde que esteja certo, pois, se não for assim, vem o questionamento na Justiça e volta-se à estaca zero. Quero repudiar a privatização das hidrelétricas do país, todas elas entregues aos chineses, o que foi muito triste para nós. Também fiquei muito triste ao tomar conhecimento de que as eleições deste ano podem ser no papel, retroagindo ao arcaico. As urnas eletrônicas terão que emitir a listagem, o que foi uma adequação. Agora, voltar ao voto do papel é retroagir ao tempo do falecido João Cardoso, que elegia quem queria, assim como faziam o Gordo, o Pedro Turine e outros, época em que o voto em branco passava a ser válido. Eu suspeitava da urna eletrônica, mas a acertaram. Colegas, é preciso ver a situação do carro fumacê, pois estou desconfiado que no mosquito está rindo da fumaça, por não estarem fazendo a dose como deveriam. Se Colocar demais ou de menos não funciona. A Lia, que trabalhou na Funasa, viu o jato e alertou que aquilo não mata o mosquito. Está faltando a mistura certa do fumacê. Hoje, entrei com um pedido de informação, porque estranhando a história desses depósitos de carros apreendidos em Cachoeiro, inclusive aquele perto do Batalhão fechou. Ficou o do Vagalume, mas estou vendo muitos desses veículos num galpão, no Bairro Coramara, perto das molas Denadai. São carros roubados e outros apreendidos pelo

16

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Município e pela Polícia Militar, e pedi a informação para saber se aquilo está autorizado e credenciado. Estão credenciados um ou dois depósitos naquela região? São coisas que vamos apurar. A partir do ano que vem, passarei a olhar de perto certos conselhos e estatutos, porque alguns colocam pessoas que não sabem fazer o beaba. Farei uma lei para que esses conselhos tenham membros com grau de estudo, de acordo com a área de atuação. Hoje, vemos representantes do setor de mármore e de sindicatos que vão sempre agir em causa própria a mando do patrão ou da entidade que os indicaram. Estou fazendo um levantamento e constatei corporativismo bravo. Senhor Cidinei, cuidado com a polícia! No Aeroporto, na Rodovia Cachoeiro x Atílio Vivácqua, há uma firma de telefone furando tudo para colocar os tubos. Será que a prefeitura está acompanhando essa empresa que está esburacando Cachoeiro todo, a exemplo do que se viu no Herval e no Conjunto Ruy Pinto Bandeira? No Aeroporto estragaram a calçada e até uma casa foi alagada com a sujeira que correu. Estão fazendo caixas de dois metros onde é a passagem dos pedestres, área de servidão. Será que o PDM permite isso? Não há ninguém olhando essa situação, porque é empresa grande e, por isso, pode fazer a lambança que quiser; agora, quando é o pobre, logo aparece um miserável para multar. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Na Rodovia do Valão, os postes foram colocados dentro do passeio público. / **José Carlos Amaral:** — É lá perto do Bairro Coramara. Não fazem nada para multar, por que é multinacional, empresa de poderosos? Anarquizam, e ninguém faz nada? Vou convocar o responsável por isso para que nos explique quem deu autorização para essa lambança que está sendo feita em Cachoeiro de Itapemirim. Há ainda uma lei de minha autoria dispondo que toda a expansão de telefone deve ser subterrânea, inclusive a Escelsa tinha que colocar esse tipo de cabo. Ninguém cumpre isso, mas as leis são cumpridas para ladrão de galinha e para pobre. Essa lei tinha um prazo de dez anos para que os cabos subterrâneos fossem instalados em Cachoeiro de Itapemirim, mas há lugares no Município que se parecem com a favela da Rocinha, tamanha a quantidade de fios amarrados nos postes. Alguém está ganhando dinheiro com isso, porque a Escelsa cobra quando queremos colocar rádio postes. Será que o grupo português manda e faz o que bem entende? É isso o que está provado no Bairro Coramara. Senhor Cidinei, que fica atravessando reformas de casas, por que não vê isso? Por que não vê o muro de igreja feito no meio da rua? Depois do recesso, se o senhor não for preso, será exonerado, pois vou mostrar muita coisa que foi feita de qualquer maneira, como loteamentos e galpão no tabual. De quem é o galpão? Do sujeito que fez aquele trevo para a prefeitura, na entrada da CEASA, pagando com seu dinheiro. Será que os privilégios vão para ele? É um tal de Checon, lá do Aeroporto. Vou querer saber por que o poderoso dos galpões fez vários deles em Cachoeiro, basta ver quanto foram feitos próximo à faculdade, escondidos na mata, próximo ao Bar Verdinho. Aterraram aquele córrego da Fazenda Monte Líbano, sendo construído um galpão em cima. Quem autorizou? Quem deu o alvará? A comissão especial de inquérito vai mostrar tudo isso. Já fiz uma denúncia ao Ministério Público. O PDM de Cachoeiro não serve para nada! O Posto Avenida faliu, deram baixa na razão social, e fizeram outro posto a cem metro um do outro, quando a lei estabelece uma distância de quinhentos metros. Aquele posto do Toshiba vai ser aberto. Quanto àquele Posto Shell, perto do Scarpini, fizeram o impacto de

17

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

vizinhança? Indo para Córrego dos Monos, na entrada de Moitãozinho, para direita, para a esquerda e para frente, tudo foi aterrado, sendo construídos galpões com alvará. É uma máfia organizada! Não adianta mandar ir atrás de mim como fizeram outro dia, pedindo que eu parasse de descer o pau, pois nem comecei ainda. Está nas mãos do Promotor Artur, e ele vai pedir a prisão desse povo que está acabando com o meio ambiente de Cachoeiro. O secretário do Meio Ambiente é trabalhador e sério, mas há uma colúndria ao lado dele que passa por cima, valendo-se de umas comissões. O Cidinei convocou três reuniões do Conselho do Meio Ambiente para atrapalhar a vida de uma pessoa, sendo os pareceres feitos com ele do lado. Amanhã, esse conselho vai se reunir, estarei presente e, se não chamar uma meia dúzia lá de safados, mudo meu nome. O Sr. Luis Felipe Romanelli, do Sindirochas, já deu o parecer com antecedência, a pedido de alguém. É por isso que é preciso mudar essa história de conselho, que está aconselhando para levar o prefeito ao buraco, pessoas legislando em causa própria, alguns imbecis que induzem o cara ao erro. Na prefeitura, eu respeito o Paulo, do Meio Ambiente, o Maurício, aquele menino da AGERSA e esse aqui que é meu amigo. Há uma corja acabando com a vida do prefeito, são a causa de ele estar tão mal perante à opinião pública. São pessoas que não servem nem para varrer rua e estão mandando e atrapalhando o prefeito, que ainda tem tempo de dar um tapa na mesa e mandar essas imundícies embora. Nunca vi alambiqueiro de cachaça mandar em obra, planilha e entender de tudo. Ele fez um manilhamento, que custou 1 milhão e 700 mil reais, perto da Brahma e a água subiu em vez de descer. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo (PSC):** — Boa-tarde a todos! Está na pauta do dia o projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta os plantões das farmácias, o que já foi alvo de uma reunião realizada pelo Vereador Wilson Dillem, contando com a participação de vários donos de farmácias, inclusive alguns deles estão aqui. Essa lei vai dar uma segurança jurídica aos proprietários de farmácias e servirá para a derrubada de uma liminar que existe, dando autorização as empresas de fora para funcionarem no Município, quebrando o plantão, que funcionava há mais de vinte anos. Quero pedir aos vereadores que votem a favor desse projeto. Senhores, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Câmara Federal, um projeto que obriga as distribuidoras de energia elétrica a fazerem campanha permanente, divulgando a tarifa social, inclusive solicitei que isso seja feito aqui também. Existe o recurso para essa tarifa social, mas muitas pessoas carentes não utilizam esse benefício, porque não sabem que têm direito ao mesmo. Espero que esse projeto seja aprovado na Câmara Federal, garantindo esse benefício às pessoas de baixa renda. Também gostaria de falar sobre um projeto, de minha autoria, que trata da apresentação de documentos de identificação do idoso para a gratuidade no transporte coletivo urbano. A proposta está em primeira discussão e faz valer em nosso Município aquilo que já é uma garantia em nível nacional, mas não é colocado em prática aqui. O meu projeto assegura que o idoso possa apresentar qualquer documento que identifique a sua idade, como o RG, Carteira de Trabalho e CNH para usar o transporte coletivo urbano, e peço o apoio dos colegas para essa proposta. Senhores, quero fazer uma reclamação sobre a Ouvidoria do Município, setor que tem muitas demandas. Recebi a reclamação de uma pessoa de Cachoeiro que tem solicitado veementemente à Vigilância Sanitária que vá até uma casa, na Rua João

18

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marques Carvalho Braga, 64, no Bairro Novo Parque, onde há uma caixa de água descoberta, havendo indícios de ser um nascedouro do mosquito transmissor da dengue. A pessoa ligou mais de seis vezes para o 156 da Ouvidoria, mas não obteve resposta. Vereador Elias, peço que V. Ex.^a interceda quanto a essa questão. / **Aparteando Elias de Souza:** — Quero concordar com fala de V. Ex.^a, porque, em frente a minha casa, já se tornou um lixão. A minha esposa fez a denúncia, e os responsáveis já foram até lá, mas não tomaram nenhuma providência. Através do 156, solicitei que os Secretários Cidinei e Romário colocassem lá um ponto de ônibus. Então, procede a reclamação de V. Ex.^a e também dessa senhora que tem tentando entrar em contato com 156. / **Delandi Pereira Macedo:** — Espero que V. Ex.^a possa nos ajudar com relação a isso, apesar de o colega estar enfrentando o mesmo problema. Acredito que uma palavra de V. Ex.^a junto à Ouvidoria poderá ajudar a solucionar essa questão. Muito obrigado! / **Fabício Ferreira Soares (PP):** — Boa-tarde a todos! Não concordo com tudo que o Vereador Amaral falou sobre o Secretário Cidinei, com quem trabalhei de março a dezembro de 2014. A secretaria dele é extremamente técnica e tem vários procedimentos. Se o secretário extrapolou suas funções, é fácil pegá-lo, porque ele não pode tomar iniciativa sem parecer técnico, já que o departamento é mais regrado do que os outros e precisa seguir critérios. O colega elogiou o Secretário Paulo Stelzer e eu também o elogio, mas houve um erro naquela secretaria. Todos os documentos para licença de construção são protocolados primeiro na Secretaria da Fazenda, depois, vão para o Departamento de Planejamento Urbano. Um empresário queria fazer um empreendimento na cidade e, primeiro, pediu licença ambiental, antes de saber se poderia começar a tal obra no local. Outro empresário, procurou antes o Departamento de Planejamento Urbano para saber se poderia fazer o empreendimento e, depois, pediu a licença ambiental. Então, está havendo um choque entre dois empresários que querem construir, ocasionando todo esse imbróglio. Mesmo assim o Secretário Cidinei submeteu a situação ao conselho para que deliberasse sobre como seria o procedimento. Esse é um risco que o Município corre, se não houver o procedimento correto. O cidadão de bem não faz isso, só os empresários que estão acostumados a querer licenciar de qualquer forma suas obras. Por isso, hoje, Cachoeiro não tem calçadas para os pedestres. Quem quer construir “regularmente” no Município, primeiro, faz a obra e, depois, pede licença. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — V. Ex.^a está falando a minha linguagem. / **Fabício Ferreira Soares:** — Se não for criado um procedimento para a pessoa saber para onde irá primeiro, em Cachoeiro vai haver desmatamento e obras irregulares. Nós, vereadores, temos que buscar a fundo sobre esse tema que o colega Amaral comentou, para saber qual é o caminho legal. Há o risco de vir para esta Casa uma modificação de lei para licença de posto de gasolina, pois, do contrário, vamos prejudicar um contribuinte que está certo. Nesse caso, um procurou a Secretaria de Meio Ambiente e obteve a autorização; outro, o Departamento de Planejamento Urbano, que aprovou o seu pedido. Entretanto, há uma lei que fala sobre distanciamento entre postos de combustível, e nós, vereadores, precisamos fiscalizar isso para não prejudicar o cidadão que agiu corretamente. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Até onde sei, Vereador Amaral, o Secretário Cidinei tem sido responsável e inteligente, mas podemos fazer um

19

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

convite para que ele venha a esta Casa falar sobre essa questão. / **Fabício Ferreira Soares:** — Proponho que venham a esta Casa o secretário de Meio Ambiente e o Cidinei, porque um deles errou. De quem foi o erro? / **Aparteando José Carlos Amaral:** — O PDM atende ao rico de um jeito; o pobre, de outro. O rico constrói na beirada do rio, mas o pobre, quando vai fazer isso, é multado, inclusive há vários casos como esse no Bairro Valão. Quem pode garantir que o Posto Avenida poderia abrir, com nova razão social, a poucos metros de outro posto? O Posto Sena também fica a menos de cem metros de outro posto. Cadê o PDM? É um peso e uma medida. Por que o hotel próximo à Colatinense foi embora e ficou o outro? Procure saber e, depois, V. Ex.^a dirá que estou certo. / **Fabício Ferreira Soares:** — Essa é a magia da democracia. Montaram um conselho para a sociedade participar, e nós estamos questionando a sociedade participante. Também questionam a nossa atribuição de vereador, o nosso papel de legisladores. Vamos precisar dar outro jeito no Brasil, porque não podemos confiar nos conselhos que contam com a participação popular. Não podemos aceitar que seja feita vista grossa a respeito da lei aprovada aqui sobre odistanciamento entre postos de combustível. A Câmara deve debater esse fato e ver se vai permitir que os postos permaneçam abertos. Não podemos mudar a lei toda vez que vier um problema para esta Casa. Muito obrigado! / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Por que já mudaram o PDM umas vinte vezes? / Passamos à **Ordem do Dia.** / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço a inclusão dos projetos que tratam dos plantões das farmácias, do da LDO, o do Código Rodoviário e o da questão fundiária na pauta do dia. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Presidente, tenho uma lista com sete projetos para serem incluídos na pauta do dia, são eles: 1 – Denomina a nova estrutura de limite do Distrito de Conduru, 2 – Altera o anexo dos limites distritais, 3 – Trata sobre o memorial descritivo das divisas dos distritos, 4 – Cria o Plano Rodoviário Municipal, 5 – Dispõe sobre a LDO, 6 – Institui o Programa de Regularização Fundiária e 7 – Altera o plantão de farmácias. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Pedido acatado. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Que os projetos sejam votados junto com as emendas. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, solicito que o projeto da LDO seja votado separado das emendas / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. Vereador Elias, peço que repita os números dos projetos a serem incluídos na pauta do dia. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — São os Projetos de Lei 137, 138, 139, 140, 222, 259 e 260/2015. / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem:** — Quero lembrar que o projeto que trata dos limites do Distrito da Gruta não será votado hoje. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço que os requerimentos, os pedidos de regime de urgência e os projetos de decreto sejam apreciados em bloco. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / A seguir, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369 e 2370/2015 – Lucas Moulais; 2355 e 2356/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377 e 2378/2015 – Delandi Pereira Macedo; 2380, 2381, 2382 e

20

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2383/2015 – José Carlos Amaral; **263/2015 – Elias de Souza** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 10/12/2015, das 18:00 às 20:00 horas); **2385/2015 – Luis Guimarães de Oliveira** (Requer que o Prefeito Municipal lhe encaminhe as seguintes informações sobre os estacionamentos particulares de Cachoeiro de Itapemirim: quantos são, os endereços e quanto é arrecado de ISS. Solicita ainda que lhe sejam enviados o alvará de funcionamento e a tabela de preços); **2386/2015 – José Carlos Amaral** (Reporta-se ao Sr. Maurides Corrêa – Diretor da 2ª Ciretran de Cachoeiro de Itapemirim, informando que procurou no site do Detran-ES quais os endereços dos depósitos de veículos apreendidos. Como constatou que um deles situa-se no Bairro Coramara, fundo do posto de gasolina, próximo ao Denadai Molas, sendo que há no local vários carros apreendidos ou recuperados pela Guarda Municipal de Cachoeiro, tornando passível de fiscalização pela Câmara, requer que lhe seja informado se esse depósito é novo ou está funcionando clandestinamente); **2964/2015 – Sindimunicipal – Jonathan Willian Moreira Corrêa – Presidente** (Considerando que esta entidade sindical tem interesse em defender a categoria dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, indicamos proposta de emenda ao projeto de lei de autoria do Poder Executivo protocolado nesta Casa de Leis sob o número 42.413/2015, em 26/11/2015: Emenda Aditiva – Acrescenta parágrafo único ao artigo 1º, com a seguinte redação: Fica autorizado o Poder Executivo a conceder aumento de salário aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias sempre que o piso salarial profissional da categoria sofrer correção em seu valor, sem prejuízo da revisão geral anual prevista pelo inciso X do artigo 37 da Constituição Federal); **Regime de Urgência** para apreciação dos seguintes Projetos de Lei: 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271 e 272/2015 – Poder Executivo; **Projetos de Decreto Legislativo: Concedendo Título de Destaque Funcional:** 435/2015 – José Carlos Amaral; 436/2015 – Ely Escarpini; 443/2015 – Brás Zagotto; *Concedendo Comenda Zumbi dos Palmares:* 437, 438 e 439/2015 – Mesa Diretora; *Concedendo Título de Honraria do Dia do Doador Voluntário de Sangue:* 440/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 442/2015 – Brás Zagotto; *Concedendo Homenagem Especial:* 441/2015 – Delandi Pereira Macedo. / Logo após, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 138/2015 – Poder Executivo** (Altera a redação do anexo I do artigo 1º da Lei 6.048, de 17/12/2007, que entre outras providências define os limites distritais). / Em seguida, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 137/2015 – Poder Executivo** (Denomina a nova estrutura limite, memorial descritivo e croquis dos bairros da área urbana do Distrito de Conduru, Município de Cachoeiro de Itapemirim). / Continuando, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 260/2015 – Poder Executivo** (Altera o plantão das farmácias e drogarias na sede do Município durante os domingos e feriados e revoga a Lei 6.026/2007). / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, um representante das farmácias gostaria de falar. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / **João da Costa Viana:** — Boa-tarde a todos! Senhores, essa lei está favorecendo a um proprietário, e não mais à população. Digo isso, porque ela não dá condições dos outros proprietários de farmácias abrirem nesse horário. Peço aos vereadores que revejam esse projeto com carinho. / **Luis Guimarães de**

21

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Oliveira: — O que está errado na lei? É a emenda? / **João da Costa Viana:** — É a emenda. São os oito quilômetros que não estão sendo respeitados. / **David Alberto Lóss:** — A lei não obriga ninguém a abrir. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — O Vereador Amaral fez a lei anterior, porque as pessoas que moravam no Bairro Aeroporto e em Córrego dos Monos tinham dificuldades, já que, no horário do plantão, por exemplo, havia uma farmácia aberta no Amarelo, sendo preciso atravessar toda a cidade para comprar um remédio. O artigo que trata dos oito quilômetros foi para proteger as pessoas que moram em bairros mais distantes do centro. Agora, é facultativo, e as farmácias, nos bairros fora do centro da cidade, abrem se quiserem. / **João da Costa Viana:** — Agradeço a explicação. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Esta Casa é de vocês, e os vereadores respeitam isso. Tenho certeza que, se você dissesse que a lei estava errada, pararíamos isso. Estamos aqui para trabalhar em prol do povo de Cachoeiro, e não de um ou outro empresário. Há dois anos, eu tentei ajudar as farmácias de Cachoeiro, mas cometi um erro e, ao invés de colocar 22:00 horas, coloquei 18:00 horas. A minha ideia era proteger as farmácias de Cachoeiro, pois já conhecia as grandes redes que estavam chegando ao Município. Essas grandes redes chegam para fechar os menores, e não para brincar. Então, votarei esse projeto, porque sempre pensei que os donos e os funcionários das pequenas farmácias não poderiam ficar desfavorecidos. As farmácias de Cachoeiro são pequenas perto da Drogasil e da Pacheco. Posso dizer isso, porque trabalhei na Drogasil e sei a capacidade daquela empresa, que tem um depósito de medicamentos do tamanho de um quarteirão, na Praça de Concórdia, em São Paulo, sendo a maior distribuidora da América Latina. Devemos proteger o comerciante, que paga imposto na cidade há muito tempo, e os funcionários, que são nossos irmãos. / **José Carlos Amaral:** — Peço atenção por parte da Câmara. Já que a minha lei está sendo questionada, vou questionar na Justiça os alvarás das farmácias, visto que existe legislação municipal, proibindo que uma se instale a menos de quinhentos metros de outra. Como é guerra, vamos à guerra, e a Justiça terá que fazer justiça. Quero dizer ao cidadão que se pronunciou aqui que as farmácias dos Bairros Ruy Pinto Bandeira, Boa Vista e Aeroporto trabalham em harmonia, e não em guerra como as do centro da cidade. Não é um bairro apenas, e sim três. Vou questionar judicialmente os quinhentos metros. / **Delandi Pereira Macedo:** — Eu e o Vereador Wilson Dillel fizemos uma reunião na Câmara e convidamos todos os proprietários de farmácias de Cachoeiro para debater essa questão com os vereadores. Foi decidido, em comum acordo com todos os donos de farmácia, que o projeto seria votado sem a questão dos oito quilômetros. Todos os presentes elogiaram o que o Vereador Amaral fez há muito tempo. Peço que o Vereador Amaral me ouça, pois estive na reunião; ele, não. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Eu disse que não viria. Como as pessoas dos Bairros Boa Vista, Ruy Pinto Bandeira ou de Córrego dos Monos virão comprar remédio no centro da cidade, se não há transporte coletivo? / **Delandi Pereira Macedo:** — Peço que me deixe concluir e V. Ex.^a entenderá o projeto. O compromisso da Vigilância Sanitária e de todos os proprietários de farmácias é que, ao fazer o próximo plantão, a região de V. Ex.^a não ficará descoberta. Todas as farmácias da região do Aeroporto, Marbrasa e BNH formarão uma região subsetorial. A ideia do plantão é fazê-lo de forma subsetorial, de maneira a que nele sempre esteja inserida uma farmácia daquela região,

22

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

evitando-se que um morador de lá precise vir ao centro da cidade. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Eu não gostei daquele cidadão, que citou que eu estou protegendo uma farmácia, e não é nada disso. Agora, por conta do que ele disse, vão se ver doidos comigo quanto à questão dos quinhentos metros, pois vou entrar com uma ADIN em cima disso para perturbar. Não venha querer ser o dono da rapadura em cima dos pequenos, não! O senhor, a partir de hoje, terá que comer aquilo que eu der. / **Delandi Pereira Macedo:** — Não foi isso o que ele quis dizer, Vereador Amaral. O projeto está enquadrado dentro desse critério que citei para atender a todas as regiões, e a do lado de lá não ficará descoberta. Assim, proponho que a emenda seja apreciada em destaque. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Por essa reunião da qual o senhor participou, o que acha da emenda? / **Delandi Pereira Macedo:** — Segundo a reunião que tivemos com todos os proprietários de farmácias, a emenda não foi contemplada. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — As farmácias ficarão todas abertas? / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Está no projeto que sim. / **José Carlos Amaral:** — Que isso conste em ata. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — É facultativo. / **José Carlos Amaral:** — Que isso conste em ata para efeitos jurídicos, porque, depois, eles podem regulamentar. / **Delandi Pereira Macedo:** — Consta do projeto de lei, e não há regulamentação. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — O horário de funcionamento das farmácias e drogarias escaladas para plantão nos domingos e feridos será de 7:00 às 22:00 horas. Parágrafo 1º: Durante o horário compreendido entre das 19:00 às 22:00 horas, será obrigatória a permanência em funcionamento das farmácias e drogarias localizadas nos Bairros Centro e Guandu. Artigo 2º: Durante o horário compreendido entre as 19:00 às 22:00 horas será facultativo a permanência em funcionamento das farmácias e drogarias localizadas nos demais bairros da cidade. / **José Carlos Amaral:** — Estão privilegiando o Centro e o Guandu. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Nos bairros será facultativo, e todas as farmácias poderão abrir até às 22:00 horas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Não estou contra ninguém, muito menos contra o Vereador Amaral, que é meu parceiro aqui. Essa diferença é para dar condições ao pessoal dos bairros que reclamou da insegurança. / **José Carlos Amaral:** — As farmácias dos bairros podem trabalhar? / **Delandi Pereira Macedo:** — Podem, está no projeto. / **José Carlos Amaral:** — Que isso conste em ata. E a regulamentação, quem vai fazer? / **Delandi Pereira Macedo:** — Não há regulamentação, Vereador Amaral. Regulamentar o quê, se o projeto está bem seguro? O que V. Ex.^a deve estar querendo dizer refere-se á escala que é feita todo início de ano, onde os profissionais de farmácias, junto com o pessoal da Vigilância Sanitária, definem de comum acordo como será durante o ano todo. / **José Carlos Amaral:** — Depois que todos se sujaram com a liminar obtida por uma das farmácias, tudo pode acontecer. Pode chegar um maluco e até mandar parar. Repito que uma liminar de alguns farmacêuticos travou Cachoeiro. Esses caras querem o bem do nosso Município? Não. / **Delandi Pereira Macedo:** — É um direito comercial de eles virem para o Município, e não podemos impedir isso. Creio ter dado todas as explicações devidas. / **José Carlos Amaral:** — Agradeço, porque consegui que tudo o que eu queria ficasse registrado em ata. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Creio que o Vereador Amaral tenha entendido as explicações do companheiro Delandi, mas gostaria de fazer uma

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ressalva, pois o que foi discutido aqui teve a participação de todos os proprietários de farmácias e de alguns vereadores, sem contar que o projeto veio redondinho da Secretaria de Saúde. Conheço o caráter do João e a maneira que ele sempre se relacionou com a Câmara, até respeitando o Vereador Amaral, inclusive foi destacado por alguém do grupo que a proposta dele foi uma das melhores que apareceram no Município para contemplar aquela região. Ninguém naquela reunião se manifestou contra a proposta do companheiro Amaral. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Eu não preciso que falem mais nada, porque as palavras que constam em ata deverão ser cumpridas, pois é isso o que questionarei judicialmente. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Tudo bem, mas repito que estou defendendo um projeto que já veio redondo da Secretaria de Saúde, tendo a sua elaboração contemplado a participação dos representantes. Quando o João se referiu a determinado proprietário, ele quis dizer que, dos seis daquela região, apenas um não foi a favor, mas não se oporia ao que fosse decidido pela maioria. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Repito que estou feliz, porque a lei que manda nesta Casa é a ata e, com ela, informarei na minha região que a Câmara autorizou as farmácias a abrirem. / **Wilson Dilem dos Santos:** — O que quero é traduzir a fala do João, que foi feita de forma respeitosa; do contrário, fica a impressão que ele agrediu V. Ex.^a, quando o que quis dizer é que apenas um não concordou com a decisão de 99%, mas também não se oporia ao que foi decidido. Assim, entendo que não seria necessária a emenda apresentada pela Comissão de Constituição, e o melhor seria a aprovação do projeto na íntegra. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Obrigado por vocês terem falado, porque, com a ata, eu tenho todo o apoio para a minha comunidade. / **Wilson Dilem dos Santos:** — V. Ex.^a foi valorizado e se mostrou amigo daquela comunidade, da mesma forma que os farmacêuticos são seus amigos. / **José Carlos Amaral:** — Mas a lei dos quinhentos metros vai ter que funcionar. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Espero que haja paz e entendimento entre vocês, porque o João é uma pessoa íntegra, boa e de caráter, assim como V. Ex.^a. Vamos amenizar essa situação, que não precisava ter chegado a esse extremo. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Gostaria de saber se essa obrigatoriedade se estende aos distritos. Justamente por ser livre, as farmácias ficam sem a obrigatoriedade de abrir. É cômodo funcionar a semana toda e deixar as comunidades desassistidas aos domingos, precisando vir de lá até Cachoeiro. É preciso amarrar a situação para que as farmácias dos distritos funcionem também aos finais de semana, pelo menos uma. / **David Alberto Lóss:** — Duvido se vai conseguir fazer uma lei com essa obrigatoriedade. Sempre serei favorável a que a pessoa tenha a maior liberdade possível, inclusive no século XVI, foi dito que “o homem só seria feliz no dia que enforcassem o último padre com as tripas do último rei”. Isso porque há uma série de normas que vão amarrando, e quem vive em prédio de dez, doze andares tem que seguir tantas regras que é até difícil morar neles. Quanto mais se regulamenta pior é. A emenda, na minha modesta opinião, não muda absolutamente nada. Assim, é preciso ler com calma o projeto encaminhado pelo Poder Executivo e a lei de 2007, que fala dos oito quilômetros. A palavra “facultativo” está no projeto do prefeito e é muita clara. Há dois caminhos: o presidente pode colocar em votação o projeto original ou com a emenda. Eu acho que não há mais nada a ser discutido, pois é muito difícil agradar a gregos e a troianos. É bom pensar direito quanto a

24

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25

estabelecer plantão para os distritos, porque não é possível saber se isso é melhor ou pior. Conversem primeiro com os farmacêuticos de lá para, depois, não darem um tiro no pé. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — O farmacêutico do distrito abre se quiser, e o que ele vendeu durante a semana faz com que veja que não valerá à pena abrir no final dela. Isso, na visão do patrão. E o comprometimento com a comunidade? Os moradores vão acabar tendo que vir a Cachoeiro para comprar remédio. Pelo menos uma farmácia tem que ser obrigada a funcionar, nem que seja por meio período. / **Fabrcio Ferreira Soares:** — Esse projeto poderia ser retirado de pauta, porque está na cara que requer mais discussão. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vamos apreciar primeiro a emenda. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Vote primeiro o projeto. Peço destaque para a emenda e que ela seja votada a posteriori. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 260/2015**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / Na sequência, a **Emenda Modificativa à ementa e ao artigo 4º do Projeto de Lei 260/2015**, aposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação **foi rejeitada** por dez votos contra seis do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, David Alberto Lóss, Fabrcio Ferreira Soares, José Carlos Amaral e Luis Guimarães de Oliveira. **Votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, Carlos Renato Lino, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Ely Escarpini, Josias Pereira de Castro, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. / **Seguem justificativas de voto.** / **José Carlos Amaral:** — Agradeço aos seis irmãos pelo voto, que me valerão muito judicialmente. Isso mostra que a coisa foi feita como deve ser, pois corporativismo não é comigo. Aguentem-me, porque a lei dos quinhentos metros terá que ser colocada em prática, já que estou disposto a levantar todas as farmácias que conseguiram alvará depois dessa legislação para questioná-las judicialmente. Lei é para ser cumprida, e esquema não é comigo. Esses seis amigos influenciarão nos dois terços. / **David Alberto Lóss:** — Vou torcer para que os oito proprietários de farmácias do Bairro Aeroporto se unam e façam um acordo entre eles, independente da participação do Estado, criando regras. As pessoas podem conversar amigavelmente e chegar a um acordo, sem a interferência do Estado, que é sempre nociva. / **Fabrcio Ferreira Soares:** — Fui a favor dessa emenda, que não é a do Vereador Amaral, e sim a da Comissão de Constituição e Justiça. Eu e os Vereadores David e Léo discutimos e achamos que ela não atrapalharia em nada. De qualquer forma, foram seis por meia dúzia, já que a lei dos oito quilômetros, que é de iniciativa do Vereador Amaral, não alteraria em nada o que foi feito. Apesar de salutar, essa discussão tomou tempo e não mudou nada. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 259/2015 – Poder Executivo** (Institui o Programa de Regularização Fundiária previsto pela Lei 11.977/2009, com alteração prevista na Lei 12.424/2011 no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **David Alberto Lóss:** — Esse projeto permite que se possa trabalhar na regularização fundiária e, se Deus quiser, trabalharemos, nesse um ano que resta de mandato, para regularizar o que for possível, inclusive o Vereador Ratinho vai participar. Vamos começar pelas áreas públicas. Em Pacotuba, por exemplo, é uma área enorme, e tudo pertence ao Estado. Lá, ninguém é dono de nada, tendo-se apenas a posse. Burarama também

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

é uma área doada pela família Gava ao Município em 1932, e está daquele jeito até hoje. Sem a aprovação dessa lei, não se consegue tratar da regularização fundiária em Cachoeiro de Itapemirim, já que ela trará segurança jurídica, de acordo com a orientação do Tribunal. / Posto em votação **o Projeto de Lei 259/2015 foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Se não houver farmácia funcionando no Bairro Aeroporto, vou colocar o meu carro à disposição para trazer as pessoas que baterão nas portas dos farmacêuticos a noite toda. É isso o que farei, caso não respeitem a minha comunidade. / Em seguida, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 139/2015 – Poder Executivo** (Dispõe sobre o memorial descritivo das divisas das localidades distritais do Município de Cachoeiro de Itapemirim, bem como suas poligonais). / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Vou votar favorável a esse projeto, mas peço que fique bem claro em ata que existe um acordo entre o Canela, o Elimário Grola, esta Casa e o Poder Executivo de que as localidades ainda não contempladas o sejam, logo no começo do próximo ano. Digo isso, porque há uma preocupação muito grande, principalmente quanto a São Vicente e Bom Jardim. Vocês nos deram a palavra, e nós a demos a eles, garantindo que serão contemplados num futuro bem próximo. / **David Alberto Lóss:** — Quanto aos locais, como Alto São Vicente, que não foram contemplados, há um compromisso tácito firmado de que se fará a correção, inclusive calcula-se que, depois da publicação dessa lei, aparecerão umas quinze comunidades para esse acerto, e não se omitirá nada. / Posto em votação **o Projeto de Lei 139/2015**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — A farmácia na qual vou levar todo mundo à noite é a daquele caboclo da Pague Mais. Ele está lascado. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Canela, lembre-se do compromisso que foi firmado com a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. / Logo após, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 140/2015 – Poder Executivo** (Cria o Plano Rodoviário Municipal Rural e disciplina as características das vias e das nomenclaturas e numeração das vias vicinais, e dá outras providências), * com as seguintes Emendas: Aditiva/Modificativa aos artigos 9º e 23, aposta pelo Vereador Alexandre Valdo Maitan, e Modificativas à alínea “a” do inciso III do artigo 3º e ao artigo 20, apostas pela Comissão Constituição, Justiça e Redação. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Gostaria de entrar em entendimento com o Vereador David e a Comissão de Constituição e Justiça, Essa comissão apresentou várias emendas, e eu fiz uma ao item 2. Assim, como estamos nos manifestando quanto ao mesmo ponto, que é o redutor de velocidade, inclusive houve uma grande contribuição do Canela à comissão, vejo que a minha proposta tem alguns ingredientes a mais. Como eu e a comissão estamos dizendo duas coisas sobre o mesmo assunto, pode ser que seja gerado um problema sério na lei. Estou disciplinando a questão do redutor de velocidade em estrada de chão, porque quem vai para a Tijuca se deparará com um deles em frente ao curral, colocado por conta da poeira nas casas. Em quatro quilômetros de extensão, há seis quebra-molas colocados lá aleatoriamente pelo mesmo motivo. Quem não quer poeira não precisa morar na roça, venha para a cidade. Há dois pontos lá em que as residências estão dentro da faixa de domínio, cujo recuo é sete metros e meio, e nesses locais especificamente seria permitido o uso de quebra-molas, mas

26

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

27

onde esses e os redutores estariam sendo colocados apenas por causa da poeira necessitamos fazer uma ressalva. Diante das muitas reclamações existentes, estou colocando uns requisitos a mais para a concessão desses redutores. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — V. Ex.^a propõe até uma segurança jurídica quanto a qualquer acidente que vier a ocorrer, caso esses redutores não estejam de acordo com a legislação. / **Alexandre Valdo Maitan:** — O que precisamos discutir com a Comissão de Justiça é especificamente o ponto 2, onde há divergência, que levará à dificuldade de entendimento sobre qual das duas emendas disciplina a questão dos redutores. Eu coloquei quando estivesse localizado no mínimo entre três residências geminadas, na faixa de domínio. Deverá estar anexa a declaração do solicitante, com a cópia do ITR, do INCRA, da Identidade, do CPF e do comprovante de residência atualizado de no mínimo três unidades habitacionais. Isso seria autorizado pela Secretaria Municipal de Interior. Já a emenda da comissão dá essa autonomia à Secretaria Municipal de Trânsito, que autorizaria, enquanto que a de Interior realizaria. / **Fabício Ferreira Soares:** — Concordo com o Vereador Maitan e vejo que a emenda dele está bem discriminada, pois não é o morador que vai fazer o quebra-molas, e sim a Secretaria Municipal de Interior, que sabe os padrões. Também estou de acordo em retirar essa atribuição da Secretaria Municipal de Trânsito, porque ela é urbana, não lhe cabendo interferir na parte rural. / **David Alberto Lóss:** — Trata-se da emenda número 2. / **Fabício Ferreira Soares:** — Peço a retirada da emenda número 2. / **José Carlos Amaral:** — Não existe quebra-molas oficial de terra para a Secretaria de Interior fazer. / **Fabício Ferreira Soares:** — Se não há lei federal, podemos criar uma municipal, autorizando a Secretaria de Interior a fazer esse quebra-molas sem problema nenhum; isso, de acordo com o Contran. / **David Alberto Lóss:** — A comissão, com a aquiescência dos Vereadores Léo e Fabício, pede a retirada a emenda número 2, onde há o conflito quanto à secretaria responsável. Então, prevalecerá a proposta do Vereador Maitan. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Está retirada apenas a Emenda 2 aposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / Posto em votação o **Projeto de Lei 140/2015 e Emendas**, acima descritos, foram aprovados por unanimidade dos presentes. / Dando continuidade, foi colocado em discussão o **Projeto de Lei 222/2015 – Poder Executivo** (Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, e dá outras providências) * com Emenda Modificativa ao artigo 34, aposta pelo Vereador Carlos Renato Lino. / **Elias de Souza:** — Venho a esta tribuna para pedir desculpas aos colegas vereadores em relação ao que aconteceu não última sessão, quando acho que extrapolei um pouco na minha fala. Quero parabenizar o presidente que, após os debates calorosos, nos chamou em sua sala para uma conversa, a fim de buscar um consenso. Creio que os dezenove vereadores temos o direito de fazer emendas, mas permaneceram apenas as dos Vereadores Maitan e Ratinho. A emenda apresentada pelo colega Ratinho foi um consenso entre o grupo da base do governo e os demais vereadores têm a liberdade de votar, conforme suas consciências. Fica o meu encaminhamento para que a LDO seja votada com a emenda dando o direito de suplementação de até 50% ao prefeito. Espero que, se houver necessidade de suplementar valores para ano que vem, possamos fazer isso sem nenhum trauma nem problema. Digo isso, porque o Município está acima dos nossos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

interesses pessoais e particulares. / **José Carlos Amaral:** — Peço que o projeto seja votado com a emenda citada pelo Vereador Elias, com o percentual de 50%, e destaque para a emenda do colega Maitan, de 20%. Vou votar o projeto com as duas emendas. Não votarei contra a emenda do colega Maitan. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Vereador Maitan, V. Ex.^a concorda com esse acordo dos 50%? / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Se o projeto for votado com a emenda de 50%, automaticamente, prejudicará a minha. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Sim. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Eu só queria fazer um registro para que as pessoas que estão pensando no próximo ano eleitoral fiquem sabendo que o prefeito vai necessitar conversar com esta Casa. Haverá, então, valorização da Câmara Municipal e de seus vereadores, pois, com a minha emenda de 20%, o prefeito precisaria consultar esta Casa quando da necessidade de suplementar. Do jeito que está, ele vai conversar apenas com os vereadores da base. / **Wilson Dilem dos Santos:** — O raciocínio de V. Ex.^a é coerente, e sei que cada um tem uma maneira de interpretar a situação, sendo que a minha experiência de longos anos nesta Casa me faz recordar que, por diversas vezes, demos a alguns prefeitos 100% de autorização para remanejar o orçamento, 70% a uns e 50% a outros. No ano passado, houve a necessidade de chegarmos a um acordo para elevar esse percentual. Sabemos que 2016 será um ano difícil e haverá, com certeza, a necessidade de fazer esse tipo de solicitação para remanejar verbas e até elevar esse percentual. Então, como há um acordo do presidente com o líder do governo em torno de 50%, acho que seria de bom tom e de bom grado aprovarmos isso. / **Aparteando Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Até quanto aos 50% o prefeito precisará da Câmara, e isso já foi dito pelo Vereador Elias. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Respeito a posição do Vereador Maitan. Desde o começo eu já havia dito que votaria até 100%, mas ficarei com o acordo, no qual o Legislativo, o Executivo e a sociedade cachoeirense sairão ganhando, que é na base dos 50%. / **David Alberto Lóss:** — Há um escritor político que escreveu um livro e vendeu dezoito edições do mesmo. Nesse livro, ele dizia que o poder era uno e foi repartido em três funções, ou seja, tripartite – Executivo, Legislativo e Judiciário. Eu não voto por causa de bancada ou pelo nome do prefeito, e sim porque, para mim, a virtude está no meio, e o meio de 100 é 50. O poder tem que ser repartido entre o prefeito e a Câmara. / **José Carlos Amaral:** — Peço que primeiro seja votado o projeto; depois a emenda de 20% e, por fim, a de 50%. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — O projeto normal já será votado com os 50%. / **José Carlos Amaral:** — Então, coloque a emenda de 20% em destaque. / **Fabrcio Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — É destacar a emenda de 20% primeiro e, depois, o projeto com a outra emenda. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Pedido acatado. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Senhor presidente, estou observando que está faltando alguma coisa quanto a critérios aqui. Ora, algumas vezes votamos o projeto primeiro; em outras, as emendas. Qual é a norma regimental a ser obedecida? Podem ser usados dois pesos e duas medidas? / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Nós vamos votar a emenda de 20%; depois, o projeto com a de 50%. / Posta em votação a **Emenda Modificativa ao artigo 34**, aposta pelo Vereador Alexandre Valdo Maitan, **foi rejeitada** por onze votos contra quatro do plenário, registrada a abstenção do Vereador David Alberto Lóss. **Votaram a**

28

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

29

favor: Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Amaral e Luis Guimarães de Oliveira. **Votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo, Carlos Renato Lino, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Ely Escarpini, Fabrício Ferreira Soares, Josias Pereira de Castro, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dilleme dos Santos. / **Seguem justificativas de voto.** / **Alexandre Valdo Maitan:** — Gostaria de agradecer a postura dos colegas, porque é muito bom ouvir os argumentos de todos. Meus sinceros agradecimentos ao Vereador David, porque ele tinha a sua convicção, mas, neste momento, se absteve. Agradeço aos vereadores que estiveram ao meu lado e àqueles que optaram pelos 50%, considerando que o consenso sempre deve prevalecer, e há que se respeitar a decisão da maioria. Ao propor essa emenda de 20%, nós, vereadores da oposição, estávamos pensando nos colegas da situação. / **José Carlos Amaral:** — Este é o meu último ano de Câmara e vou fechar esse período com o coração bem grande, pois, a partir de março, vamos ver a choradeira, quando as obras prometidas não forem feitas, já que nem o tempo permitirá isso. Dezembro é festa de Natal, janeiro é praia, fevereiro, carnaval, aí esbarraremos nos seis meses antes da eleição, e os vereadores, que ficaram aqui dizendo “sim, sim”, ficarão debaixo do palanque, conforme ocorreu com o Wilson Dilleme quando daquela obra da água em Itaoca. Ajudaram o tempo todo, urrando e, na hora da inauguração, terão que ficar no meio do povo, e não cortando a faixa. Isso já aconteceu comigo, com o Wilson e com vários outros. Tirei fotos desse momento para que constem do meu arquivo pessoal. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Os vereadores foram sábios ao chegarem ao entendimento de que 20% são insuficientes. Conforme o próprio vereador Amaral disse, o prefeito não conseguiria nem entregar as obras no próximo ano, se tivesse os 100%, e muito menos ainda seria com os 20%, já que sabemos como as coisas estão oscilando nessa crise. Assim, acho que foi ousado e sábio da parte do governo propor 50%, pois se eu estivesse no lugar dele, a minha proposta seria de 100%. Será preciso suplementar muita coisa nesta Casa, já que no ano que vem, mesmo levando em conta as melhores perspectivas de crescimento, não sabemos o que acontecerá com este país. Foi por isso, Vereador Maitan, que não votei nos 20%, embora reconheça que V. Ex.^a tem toda a razão ao dizer que as coisas precisam passar por esta Câmara. O orçamento tem que ser justo e técnico. Lembro-me até do primeiro mandato, quando o Prefeito Casteglione disse que não precisaria remanejar nada, pois faria um orçamento justo, só que, depois, viu que as coisas não acontecem da forma que o gestor quer. O ano que vem requererá agilidade, e, se torcermos para o quanto pior melhor, quem pagará o preço seremos nós mesmos e a população. Casteglione não é candidato à reeleição nem há por que mobilizar esses recursos para ele, embora possa até tentar ajudar terceiros lá na frente. A minha preocupação é com este governo, diante do descrédito do PT, com todo mundo contra. Espero que a cidade perca o menos possível. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Entendo diferente do Vereador Fabrício, pois acho que o prefeito foi bem inteligente ao pedir ao vereador que fizesse a emenda de 50%, porque sabe que está perdendo nesta Casa aquilo o que tinha nas mãos. Lá atrás, o prefeito poderia ter certeza de que, se colocasse 100%, isso seria aprovado, mas hoje não é assim, pois ele não tem votos para isso. Eu sei que ele precisa de mim. Se tivesse só a emenda dos 20%, eu teria votado a favor dela, mas, como há os 50%,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

